



REPÚBLICA DE ANGOLA



Ministério da Agricultura

PLANO DE ACÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Versão para discussão Nº 2

Luanda, Abril de 2008



NOTA:

O presente documento é o anexo II que resulta num Plano de Acção (PASAN) para Angola.

A elaboração desta proposta esteve a cargo de uma equipa técnica de carácter multidisciplinar e intersectorial composta por representantes dos seguintes Ministérios:

- i) Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural;
- ii) Ministério da Assistência e Reinserção Social;
- iii) Ministério do Comércio;
- iv) Ministério da Educação;
- v) Ministério da Família e Promoção da Mulher;
- vi) Ministério das Pescas;
- vii) Ministério do Planeamento;
- viii) Ministério da Saúde;
- ix) Ministério das Finanças e,
- x) Ministério do Urbanismo e Ambiente.

Este processo contou com apoio técnico da FAO e financiamento da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI).

A presente proposta será agora submetida a um processo de consultas públicas com o objectivo de recolher comentários e sugestões de todos os sectores e actores implicados na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em Angola de forma ampla e participativa.

As sugestões resultantes das consultas públicas serão incorporadas numa segunda proposta que será objecto de apreciação e validação num Seminário Nacional resultando numa ENSAN e PASAN abrangente e consensual para o país.



ÍNDICE

Introdução

1. Mecanismos de Implementação	4
1.1 – Critério de Implementação.....	4
1.2 – Papel dos Intervenientes no PASAN.....	5
1.2.1 Papel do Estado.....	5
1.2.2 Papel das autoridades locais.....	6
1.2.3 Papel da sociedade civil.....	7
1.2.4 Papel do sector privado.....	7
1.2.5 Papel dos organismos internacionais e das agências das nações unidas.....	8
2. Aspectos Institucionais para a Implementação da ENSAN/PASAN	9
2.1 Desconcentração e Descentralização das Actividades da PASAN.....	9
2.1.1 Gabinete de Segurança Alimentar.....	9
2.2 Coordenação Institucional da ENSAN.....	10
2.3 Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.....	10
2.4 Rede Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.....	12
2.5 Monitoria e Avaliação.....	12
2.5.1 Sistema de Monitoria e Informação sobre Segurança Alimentar e Nutricional.....	12
2.5.2 Acompanhamento da Execução.....	13
2.5.3 Avaliação do Impacto.....	13
2.5.4 Funções da Monitoria e Avaliação.....	14
3 Fontes de Financiamento	15
3.1 Custos Estimados dos Mecanismos de Preparação e Implementação do PASAN.....	15
3.2 Orçamento Global.....	15
Anexos	17



INTRODUÇÃO

A segurança alimentar e nutricional é, por excelência, uma questão transversal que, abrange vários sectores, tais como a Agricultura e Desenvolvimento Rural, as Pescas, o Comércio, os Transportes, a Educação, a Saúde, Trabalho e Segurança Social, Urbanismo e ambiente, Família e Promoção da Mulher, Assistência e Reinserção Social, Finanças, Comunicação Social e Energia e Águas. Assim, a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) deve materializar-se através de um instrumento de implementação igualmente transversal, que é o Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional (PASAN).

O PASAN refere-se a um conjunto de intervenções que directa ou indirectamente permitem a promoção de actividades que vão desde a produção alimentar, funcionamento do mercado, informação sobre a oscilação dos preços e stocks, armazenamento dos alimentos, estradas, uso e utilização dos alimentos, o acesso aos rendimentos monetários, aos serviços básicos de saúde, priorizando a atenção para a saúde materno infantil e de educação.

Para a implementação do PASAN contribuem o sector público através de diversos Ministérios, instituições públicas, sector privado, sociedade civil, parceiros de cooperação, entre outros. A intersectoriedade e a transversalidade da ENSAN passarão pela criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) e da Rede Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (RNSAN) como órgãos de planificação e assessoria.

1. MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO

1.1. – Critérios de Implementação

Para garantir o sucesso da formulação e implementação de políticas e programas de segurança alimentar e nutricional é necessário garantir a coordenação não só das intervenções do Governo como de todos os actores presentes na cadeia alimentar e nutricional, bem como a ligação entre as intervenções de curto e longo prazos. Apenas a acção combinada e suficientemente coerente dos diferentes actores e níveis de intervenção pode criar as condições de uma segurança alimentar para todos. A ENSAN tem como objectivo global contribuir para a melhoria da SAN no seio das populações em situação de insegurança alimentar e/ou vulnerabilidade e pobreza.

Os quatro (4) eixos que compõem o ENSAN, são complementares e importantes para a consecução do objectivo global. Com efeito, o país não alcançará segurança alimentar se o sectores primário e secundário da economia (agricultura, pescas e indústria) e outros como o comércio, saúde e educação, não estiverem convenientemente estruturados em termos de infra estruturas de produção e comercialização, de forma que os produtos alimentares estejam disponíveis em quantidade, qualidade e acessíveis ao consumidor.



O período de execução da presente Estratégia vai de (2009-2013) incluído o seu plano de acção. As actividades e as acções previstas estão dentro dos sete (6) objectivos específicos para cada ano do período.

1.2. - Papel dos Intervenientes na ENSAN

Um dos objectivos da ENSAN é a definição do papel de cada um dos intervenientes na segurança alimentar e nutricional, nomeadamente: o Estado, as autoridades locais, a sociedade civil, o sector privado e os organismos internacionais e agências das nações unidas.

1.2.1. Papel do Estado

Ao Estado compete garantir que todos os cidadãos tenham, a todo o momento, acesso físico e económico aos alimentos necessários, de modo a que tenham uma vida activa e saudável. Neste contexto, cabe ao Estado:

- Garantir a ampliação das condições por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição dos rendimentos;
- Promover mecanismos de protecção e incentivo à produção nacional;
- Definir políticas e programas para o desenvolvimento das pescas e da aquicultura até a coordenação e execução das acções, constituindo como objectivo principal a implementação de medidas sustentáveis de preservação e gestão dos recursos pesqueiros;
- Contribuir para a melhoria da saúde e do estado nutricional, bem como a redução da morbi-mortalidade da população angolana, particularmente dos grupos mais vulneráveis, isto é crianças, pessoas idosas e portadoras de deficiência, mulheres em estado de gestação e lactantes;
- Implementar políticas no domínio comercial, assegurando a estabilização da oferta e da procura de bens e serviços mercantis – diagnóstico da situação dos laboratórios nacionais de controlo de qualidade e inocuidade dos alimentos;
- Promover políticas de salvaguarda dos direitos dos consumidores, bem como a coordenação e execução de medidas tendentes a sua protecção, informação e educação de apoio às organizações de consumidores;



- Definir e coordenar a execução da política social relativa aos grupos mais vulneráveis da população, garantindo a realização dos seus direitos e a promoção do seu desenvolvimento através de medidas que levem a implementação de políticas sociais básicas de reinserção, reintegração e assistência social;
- Melhorar a qualidade e a eficiência da educação básica mediante fornecimento de um complemento alimentar às crianças em idade escolar, principalmente as mais vulneráveis;
- Coordenar e executar políticas e programas que visam a defesa e garantia dos direitos da mulher inserida na família e na sociedade;
- Restaurar as vias de comunicação com vista a criação da auto-suficiência alimentar a médio prazo;
- Restaurar o sistema de alerta rápido para a segurança alimentar e nutricional.

1.2.2. O Papel das autoridades locais

- Apoiar o Governo central na implementação das políticas e programas locais;
- Mobilizar os camponeses a empenharem-se activamente na produção, comercialização agrária, uso e utilização dos produtos que mais contribuem para a segurança alimentar e nutricional e para o aumento da renda dos Agregados familiares;
- Facilitar a disseminação e integração das boas práticas de SAN na sua zona de jurisdição;
- Aconselhar os camponeses a criar as suas reservas alimentares, no quadro da segurança alimentar e nutricional;
- Participar na monitoria e avaliação de programas e projectos de SAN;
- Prestar informação regular sobre os pilares de segurança alimentar e nutricional aos órgãos do Estado e outras entidades, sempre que for necessário;
- Sensibilizar e apoiar a população para boas práticas sanitárias;
- Participar no reforço da capacidade institucional.



1.2.3. O Papel da Sociedade civil

- Participar na formulação de políticas e programas locais de SAN e promover o envolvimento das populações assistidas em todas as fases de implementação e execução dos programas;
- Estabelecer redes de solidariedade e segurança alimentar e nutricional a todos os níveis, com especial atenção ao nível local inclusive na gestão dos programas;
- Apoiar o Estado na promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA);
- Apoiar o Estado na identificação de pessoas vulneráveis à INSAN e pessoas com graves problemas de desnutrição na preparação de cadastros e erradicação de vulnerabilidades;
- Participar activa e prioritariamente na monitoria e avaliação de programas e projectos de SAN;
- Participar no reforço da capacidade institucional;
- Apoiar o Estado na edificação de infra-estruturas locais;
- Apoiar na educação do cidadão sobre boas práticas agro-pecuárias, alimentação e nutrição, formas alternativas para o aumento dos rendimentos, armazenamento e comercialização da produção alimentar assim como na alfabetização de adultos;
- Apoiar o Estado a planificar e intervir em situações de emergência;
- Estabelecer mecanismos para angariamento de fundos destinados a implementação de programas de SAN.

1.2.4. O Papel do Sector Privado

O sector privado, desempenha um papel crucial na implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional. Ele assume a liderança na:

- Realização de investimentos visando a reabilitação, expansão e modernização de infra-estruturas que garantam a todos os níveis, a existência de segurança alimentar e nutricional;
- Participar com recursos técnicos e financeiros para a implementação de programas de SAN;
- Criação de empregos que se reflectem no rendimento individual dos agregados familiares;



- Materialização do exercício contínuo de uma economia alimentar no meio rural, através da produção, transformação, armazenagem e distribuição de produtos alimentares;
- Compra, processamento e canalização para o mercado interno e externo da produção agrária;
- Diversificação da produção, comércio, uso e utilização da alimentação junto dos agregados familiares;
- Desenvolvimento de acções para a elevação e manutenção da qualidade da alimentação aos padrões internacionais;
- Apoiar através de seu pessoal técnico e administrativo na gestão de programas;
- Facilitar o uso de suas instalações para a dinamização de cursos, preparação de materiais e treinamento de agentes e formadores;
- Participação na formulação de políticas e regulamentos;
- Informar sobre serviços lesivos dos direitos e interesses dos cidadãos.

1.2.5. O Papel dos Organismos Internacionais e das Agências das Nações Unidas

Os Organismos Internacionais e as Agências das Nações Unidas são parceiros relevantes na implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional, na medida em que:

- Asseguram assistência técnica e mobilização de recursos financeiros para a implementação de diversos programas;
- Apoiam na formulação de estratégias e programas no âmbito da SAN;
- Auxiliam no reforço das capacidades institucionais;
- Asseguram o fortalecimento de informação dos sistemas de aviso prévio para a tomada de decisão atempada;
- Apoiam os programas de mitigação de alívio em situações de choques ou crises relacionadas com INSAN;
- Participam na monitoria e avaliação de programas e projectos de SAN;
- Apoiam a construção, reabilitação e manutenção de infra-estruturas;



- Apoiam as iniciativas de boa governação, descentralização e implementação dos princípios dos direitos humanos.

2. ASPECTOS INSTITUCIONAIS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ENSAN

2.1. - Desconcentração e descentralização das actividades da SAN

A implementação da ENSAN dependerá da articulação entre os organismos governamentais, sociedade civil, sector privado, Organizações não Governamentais, Associações comunitárias e socioprofissionais que intervêm na matéria. Sendo assim, o aproveitamento de todas as capacidades e sinergias entre estes actores, possibilitará a implementação efectiva dos objectivos da ENSAN.

As acções devem reflectir as necessidades e prioridades locais em matéria de SAN, inscrevendo-se prioritariamente, numa perspectiva de resolução do problema a médio e a longo prazo ou seja para a redução da insegurança alimentar, vulnerabilidade e pobreza.

O Governo atribui ao Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural a responsabilidade de coordenar todas as acções no âmbito da segurança alimentar. Para responder a essas atribuições foi criado o Gabinete de Segurança Alimentar (GSA).

2.1.1. Gabinete de Segurança Alimentar (GSA)

O Gabinete de Segurança Alimentar é um órgão do Ministério da Agricultura, que tem o mandato de definir, implementar, acompanhar e avaliar políticas e estratégias que permitam assegurar a todos os angolanos o acesso material e económico aos alimentos de base, segundo as suas necessidades.

O GSA vai instalar nas províncias os Gabinetes Provinciais e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, que funcionarão como Ponto Focal para a coordenação da implementação de todas as acções ligadas a SAN em consonância com a sociedade civil e outros parceiros do governo.

Uma das tarefas dos Gabinetes Provinciais e Municipais, é a elaboração dos planos de acção provinciais e municipais de segurança alimentar e nutricional consolidados, em que as actividades consideradas prioritárias devem ser incorporadas nos orçamentos sectoriais das Direcções provinciais e municipais.



2.2. - Coordenação institucional da ENSAN

Tendo em conta o carácter transversal e multisectorial da ENSAN e atendendo que têm sido os Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e da Saúde os responsáveis pela implementação de algumas acções ligadas a SAN, torna-se necessário a definição e criação dum organismo coordenador de todas as políticas, programas e acções neste domínio (nova estrutura de concertação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional). A estrutura de concertação política de Segurança Alimentar e Nutricional estará a cargo do seguinte órgão, a ser criado abaixo discriminado:

2.3. - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN), deverá ser o órgão consultivo e de orientação que assegura a definição de políticas da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A sua posição institucional dependerá do Presidente da República, na qualidade de chefe de Estado e do Governo.

As suas principais atribuições devem ser:

- Oferecer um quadro de concertação e de reflexão sobre a estratégia nacional de segurança alimentar e nutricional;
- Formulação de propostas de projectos de lei da SAN;
- Desenvolvimento de metodologias para a análise do orçamento geral do Estado em matérias relacionadas com a SAN e formulação de propostas adicionais em caso de necessidade para efeitos de correcção orçamental;
- Acompanhamento permanente na execução e implementação de políticas públicas relacionadas com o fomento da agricultura familiar, tanto no âmbito do acesso ao micro crédito como em relação ao escoamento dos excedentes da produção familiar;
- Formulação de propostas para a elaboração de programas nacionais de apoio a actividades produtivas familiares (acesso ao micro crédito, aquisição de excedentes de produção, armazenamento e conservação);
- Pronunciamento sobre modelos tecnológicos para o fomento da agricultura periurbana e/ou hortas familiares;

Pronunciamento sobre modelos tecnológicos para a modernização da agricultura tradicional, pesca artesanal e continental;



- Elaboração de propostas de programas de incentivo ao consumo de alimentos de origem animal e vegetal subvalorizados;
- Formulação de propostas para a elaboração de políticas nacionais de abastecimento alimentar, de saúde pública, de educação e das pescas;
- Formulação de propostas para a elaboração de políticas nacionais para fazer face a situações de crise alimentar e vulnerabilidade;
- Formulação de propostas para a atribuição de subsídios a grupos populacionais mais vulneráveis em situação de calamidades naturais;
- Formulação de propostas para a reformulação e extensão do programa de merenda escolar em todo o sistema nacional do ensino de base (público e privado/periferia) em todo o país, de modo a incluir uma refeição principal e maior abrangência populacional;
- Formulação de propostas para a criação de sistemas nacionais de alerta rápido e de vigilância nutricional;
- Formulação de propostas para a constituição de estruturas orgânicas locais do CONSAN;
- Elaboração de propostas para a ampliação de laboratórios de investigação científica especializados no domínio alimentar e nutricional;
- Formulação de propostas para a criação de um órgão especializado para a regulação e certificação da qualidade de produtos alimentares e farmacêuticos;
- Elaboração de propostas para a criação de uma autoridade para a segurança alimentar e nutricional;
- Formulação de uma proposta para a criação de um observatório nacional para análise permanente do estado evolutivo da vulnerabilidade das populações;

O Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional deverá ser um quadro superior com perfil adequado equivalente a Secretário de Estado ou a Ministro.

O CONSAN será integrado por representantes indicados pela Sociedade Civil e será composto pelos Ministros responsáveis pelos Sectores da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Pescas, Comércio, Indústria, Educação, Saúde, Assistência e Reinserção Social, Família e Promoção da Mulher, Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Energia e Águas, Urbanismo e Ambiente, Justiça, Planeamento, Finanças, Interior, Administração do Território, Defesa, Universidade Pública, Governadores Provinciais e a Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Nacional.



São Órgãos do CONSAN:

- O Presidente do Conselho
- O Vice-Presidente do Conselho
- O Conselho Consultivo
- O Secretariado Executivo
- As representações provinciais e municipais

2.4 - Rede Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

A rede funcionará como uma estrutura de articulação e ligação da informação para a gestão de projectos que contribuam para a melhoria da condições de segurança alimentar e nutricional.

A rede será coordenada pela sociedade civil e terá a responsabilidade de planificar, coordenar e integrar a implementação das acções de insegurança alimentar, direito humano à alimentação, advocacia, pobreza, vulnerabilidade e saúde.

As acções devem reflectir as necessidades e prioridades locais em matéria da SAN, inscrevendo-se prioritariamente numa perspectiva de resolução do problema a curto, médio e longo prazos, ou seja para a redução da insegurança alimentar, vulnerabilidade e pobreza.

2.5. - Monitoria e Avaliação

2.5.1. Sistema de Monitoria e Informação sobre Segurança Alimentar e Nutricional

O Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, será o órgão do Governo responsável pela execução da implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e do Plano de Acção para o período (2009-2015), devendo informar regularmente ao governo sobre a evolução de segurança alimentar e nutricional no país e os progressos do plano de acção.

O Ministério do Planeamento terá a responsabilidade de monitorar a implementação do Plano de Acção para o quinquénio 2009-2013, já que a ENSAN ficará integrada no Programa Estratégico de Desenvolvimento de Longo Prazo, como uma componente importante dos objectivos nacionais de desenvolvimento.



O Secretariado Executivo será o ponto focal para a coordenação da implementação do plano de acção, permitindo dinamizar e fiscalizar a responsabilidade colectiva de assegurar que todas as recomendações e iniciativas futuras na área de segurança alimentar e nutricional sejam elaboradas e implementadas dentro do quadro da estratégia de segurança alimentar e nutricional numa perspectiva de luta contra a pobreza.

Fazem parte do Secretariado Executivo técnicos seniores dos Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural; Ministério da Saúde; Ministério da Indústria, Ministério do Comércio, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Planeamento, Pescas, Finanças, Ministério das Obras Públicas, Ministério da Família e da Promoção da Mulher, Ministério do Urbanismo e Ambiente, Universidade, representantes de ONG's e organizações internacionais que trabalham em segurança alimentar e nutricional.

A monitoria e a avaliação do PASAN incluem: a) acompanhamento de execução dos Planos de acção anuais; e b) avaliação periódica e final.

2.5.1.1. Acompanhamento da execução

O acompanhamento da execução técnica e financeira do PASAN, tem por objectivo, obter trimestralmente informações gerais sobre as actividades desenvolvidas no âmbito de cada uma das acções/projectos, inscritos no Plano de acção anual e seus respectivos custos.

Este trabalho é assegurado pelo secretariado executivo em coordenação com os Conselhos e Grupos provinciais de SAN.

2.5.2. Avaliação do impacto da ENSAN/PASAN

A avaliação anual permitirá determinar os avanços e dificuldades encontradas na execução do Plano de Acção e deve medir o impacto das acções desenvolvidas, assim como recomendar a introdução de ajustamentos achados convenientes com vista a melhorar o PASAN.

A avaliação final deverá ser feita com o objectivo de determinar o impacto global do PASAN, tendo em conta os indicadores dos resultados e as metas definidas.



2.5.3. Funções da Monitoria e Avaliação

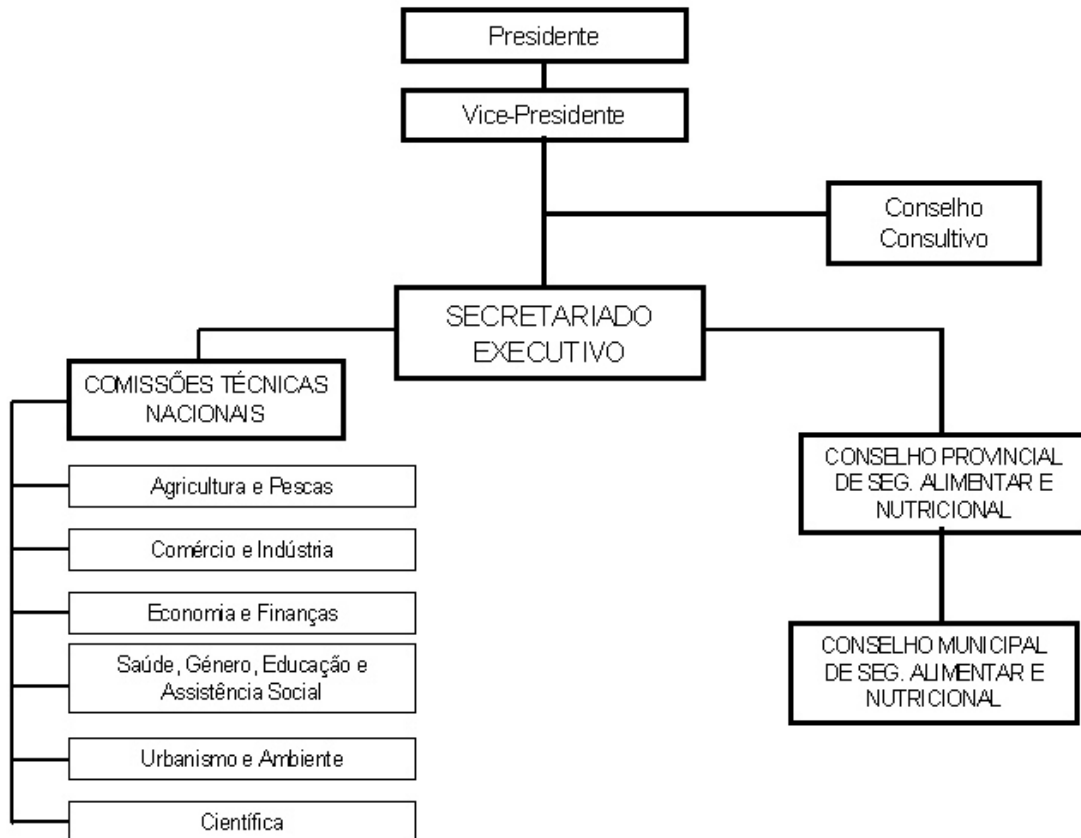
A monitoria e avaliação têm como funções principais:

- Actualização e reavaliação do estado actual da Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) e vulnerabilidade por regiões (diagnóstico);
- Medir o desempenho em relação aos padrões definidos no PASAN;
- Verificar através dos indicadores e metas estabelecidos para cada resultado, o desempenho obtido e propor medidas correctivas, se necessário;
- Identificar os desvios ocorridos entre o planificado e o realizado;
- Acompanhar o progresso de implementação da PASAN;
- Avaliar a eficiência da aplicação dos fundos adjudicados a ENSAN;
- Divulgar internamente o desenvolvimento obtido, possibilitando a redefinição das medidas e objectivos

O programa de monitoria e avaliação da ENSAN não substitui o controle feito pelos organismos específicos no âmbito do cumprimento do Plano Económico e Social do Governo.



Estrutura do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSAN



Se pretender comentar este artigo agradecemos que o faça a partir do seguinte email gsa@minagri.gov.ao



Anexo II

Quadro 1 – Custos dos Mecanismos de Preparação e Implementação do PASAN

Quadro 2 – Resumo do Quadro Financeiro em Kz. Por Eixos do PASAN para o período (2009-2013)

Quadro 3 – Dimensões da PASAN, Objectivos, Eixos e Linhas de Intervenção

Quadro 4 – Cronograma e Calendarização das Principais Acções

Quadro 5 – Orçamento dos Programas/Projectos por Ministérios Envolvidos na PASAN

Quadro 6 – Estado dos Programas e Projectos Envolvidos na PASAN

Quadro 7 – Orçamentos Anuais por Eixos e Programa/Projectos

**QUADRO Nº 1 – CUSTOS DOS MECANISMOS DE PREPARAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PASAN**

DESPESAS		Orçamento (Kz)				
		2009	2010	2011	2012	2013
Instalação (infra-estruturas)	Escritório, mobiliário, equipamento informático e de expediente, transportes e outros meios de comunicação					
Gestão (PASAN/funcionamento)	Salários, consumíveis, deslocações, formação, concertações, elaboração de planos anuais, comunicações, transportes e outros					
Monitorização	Deslocações, formação, transportes e consumíveis					
Avaliação	Reuniões, deslocações etc.					
Total						

**QUADRO Nº 2 – RESUMO DO QUADRO FINANCEIRO EM KZ. POR EIXOS DO PASAN PARA O PERÍODO (2009-2013)**

Nº	EIXOS	ESTIMATIVAS DE CUSTOS (2009-2013)	%	FONTES DE FINANCIAMENTO	
				INTERNO	EXTERNO
1	Incremento, diversificação e sustentabilidade da produção agropecuária e pesqueira				
2	Fortalecimento e consolidação da capacidade organizativa e produtiva dos camponeses e pequenos produtores, incluindo apicultores e aquicultores				
3	Apoiar as competências familiares, promover a educação alimentar e nutricional comunitária e reforçar a assistência à crianças em idade escolar e a grupos vulneráveis				
4	Fomentar a investigação científica aplicada e assegurar a saúde e o saneamento básico				
TOTAL GERAL					

**QUADRO Nº 3 – DIMENSÕES DA PASAN, OBJECTIVOS, EIXOS E LINHAS DE INTERVENÇÃO**

DIMENSÕES DA PASAN	OBJECTIVOS	EIXOS	LINHAS DE INTERVENÇÃO
DISPONIBILIDADE	Aumentar e diversificar a produção agro-pecuária e pesqueira de forma sustentável para melhorar os níveis de abastecimento alimentar da população e as condições de vida no meio rural	<p>Incremento, Diversificação e Sustentabilidade da Produção Agro-Pecuária E Pesqueira</p> <p>Fortalecimento E Consolidação Da Capacidade Organizativa E Produtiva Dos Camponeses E Pequenos Produtores, Incluindo Apicultores, Aquicultores E Da Pesca Continental</p>	<p>Promoção do aumento e diversificação de oportunidades de geração de rendimentos através de actividades agrárias e não agrárias e pesqueira;</p> <p>Implementação de políticas de apoio a produção para auto-consumo;</p> <p>Implementação de políticas de processamento, transformação e conservação de alimentos.</p> <p>Estabelecimento de um sistema de informação de mercado funcional;</p> <p>Incentivar a criação de mecanismos para assegurar a existência de reservas alimentares a nível familiar e nacional;</p> <p>Promoção de políticas de aquisição de produtos alimentares ao camponês;</p> <p>Criação de uma política de gestão integrada das zonas costeiras;</p> <p>Promoção de políticas para o incentivo ao repovoamento pecuário;</p> <p>Absorção do excedente da produção familiar;</p> <p>Implementação de políticas de incentivo a pesca continental e a aquicultura comunal nas famílias rurais;</p> <p>Fomento da produção avícola;</p>



ACESSO	Garantir a disponibilidade e estabilidade da oferta de produtos alimentares, restaurando o mercado interno com vista à interligação entre as zonas com excedentes e as de maior poder de compra	Apoiar as Competências Familiares, Promover a Educação Alimentar e Nutricional Comunitária e Reforçar a Assistência a Crianças em Idade Escolar e a Grupos Vulneráveis	Implementação de política de incentivo a agricultura peri-urbana e/ou hortas familiares; Criação de uma rede comercial capaz de prover os insumos produtivos necessários; Implementação de políticas de processamento, transformação e conservação de produtos pesqueiros; Implementação de mecanismos que facilitem a posse da terra para que os camponeses, se sintam confiantes em investimentos necessários de modo a melhorar e diversificar a produção aquícola de uma forma sustentável; Promoção de transferência de tecnologias para favorecer o aumento da produção e da produtividade e reduzir as perdas pós-colheita; Implementação de mecanismos para a expansão dos recursos florestais, incluindo a apicultura; Expansão do programa de reabilitação e construção de vias de acesso para as áreas rurais; Expansão da merenda escolar; Implementação de políticas para a criação de bancos de alimentos
---------------	---	--	---



<p>ESTABILIDADE</p>	<p>Melhorar as condições de acesso aos alimentos através de garantias de protecção social para os grupos vulneráveis</p> <p>Diminuir os níveis de desnutrição da população através da melhoria das condições de saúde, educação e saneamento básico</p> <p>Implementar sistemas nacionais e locais de alerta rápido e sistemas de monitorização da SAN</p>	<p>Apoiar as Competências Familiares, Promover a Educação Alimentar e Nutricional Comunitária e Reforçar a Assistência a Crianças em Idade Escolar e a Grupos Vulneráveis</p> <p>Fomentar a Investigação Científica Aplicada e Assegurar a Saúde e o Saneamento Básico</p>	<p>Sistematização e implementação de políticas de apoio a mulher rural;</p> <p>Implementação de políticas e programas integrados de boas práticas de consumo e convivência familiar;</p> <p>Implementação de políticas de protecção social, vigilância nutricional e monitorização;</p> <p>Criação de políticas de alimentação e nutrição materno-infantil e para pessoas que vivem com o VIH/SIDA;</p> <p>Garantir o melhoramento da qualidade de higiene dos alimentos e da água;</p> <p>Prevenção e controle da desnutrição e carências nutricionais específicas;</p> <p>Revitalização dos sistemas de saúde municipais que assegure a prestação de serviços integrados de saúde;</p> <p>Incentivar a investigação científica através da construção de laboratórios, campos de experimentação, logística e serviços de apoio aos institutos.</p>
----------------------------	--	--	---



<p>CONSUMO UTILIZAÇÃO</p>	<p>E</p> <p>Garantir a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água para consumo com vista à protecção da saúde pública e do consumidor</p>	<p>Apoiar as Competências Familiares, Promover a Educação Alimentar e Nutricional Comunitária e Reforçar a Assistência a Crianças em Idade Escolar e a Grupos Vulneráveis</p>	<p>Melhorar o acesso à água potável e recursos energéticos nas zonas rurais;</p> <p>Garantir instrumentos mais eficazes de defesa do consumidor;</p> <p>Absorção do excedente de produção para a formação de estoques reguladores e estabilidade de preços;</p> <p>Implementação de políticas de processamento, transformação e conservação de alimentos;</p> <p>Melhoramento dos conhecimentos tecnológicos de produção e conservação de alimentos para tornar os mercados mais eficazes.</p>
-------------------------------	--	---	--



QUADRO Nº 4 - CRONOGRAMA E CALENDARIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS ACÇÕES

EIXO 1 – Incremento, diversificação e sustentabilidade da produção agro-pecuária e pesca							
LINHAS DE INTERVENÇÃO	EXECUTORES	PÚBLICO-ALVO	CALENDARIZAÇÃO				
			2009	2010	2011	2012	2013
Promoção do aumento e diversificação de oportunidades de geração de rendimentos através de actividades agrárias e não agrárias;	MINAG, MINFAMU, Grupos provinciais de SAN, EDAs, e Organizações da sociedade civil	Famílias camponesas, pequenas e médios agricultores					
Implementação de políticas de apoio a produção para auto-consumo	MINAG, MINARS, Grupos provinciais de SAN, EDAs, e Organizações da sociedade civil	Famílias camponesas e pequenos produtores					
Implementação de políticas de processamento, transformação e conservação de alimentos.	MINAG, MIND, MINCO, Grupos provinciais de SAN, EDAs, e Organizações da sociedade civil	Famílias camponesas, pequenos produtores,					
Estabelecimento de um sistema de informação de mercado funcional;	MINAG, MINFIN, MINCO, Governos Provinciais e Grupos provinciais de SAN, EDAs, e Organizações da sociedade civil	Famílias camponesas, pequenos produtores,					
Incentivar a criação de mecanismos para assegurar a existência de reservas alimentares a nível familiar e nacional;	MINAG, MINCO, Grupos provinciais de SAN, Organizações de produtores	Grémios de produtores e comerciantes, famílias camponesas, pequenos produtores					
Promoção de políticas de aquisição de produtos alimentares ao camponês.	MINAG, MINCO, Grupos provinciais de SAN	Comerciantes					



Criação de uma política de gestão integrada das zonas costeiras							
Promoção de políticas para o incentivo ao repovoamento pecuário	MINAG (EDAs, estações Zootécnicas), Grupos provinciais de SAN, e Organizações da sociedade civil	Famílias camponesas e criadores de gado (pecuaristas)					
EIXO 2 – Fortalecimento e consolidação da capacidade organizativa e produtiva dos camponeses e pequenos produtores, incluindo apicultores e aquicultores e da pesca continental							
LINHAS DE INTERVENÇÃO	EXECUTORES	PÚBLICO-ALVO	CALENDARIZAÇÃO				
			2009	2010	2011	2012	2013
Implementação de política de incentivo a agricultura peri-urbana e/ou hortas familiares	MINAG, MINARS, Grupos provinciais de SAN, EDAs, e Organizações da sociedade civil	Famílias de baixa renda residentes na periferia dos aglomerados urbanos, escolas, instituições presidiárias, orfanatos					
Criação de uma rede comercial capaz de prover os insumos produtivos necessários e absorver o excedente da produção familiar;	MINAG, MINCO, Gabinetes provinciais e municipais de SAN, EDAs, e Organizações da sociedade civil	Associações de produtores e comerciantes					
Implementação de políticas de incentivo a pesca continental e a aquicultura comunal nas famílias rurais							
Implementação de políticas de processamento, transformação e conservação de produtos pesqueiros							



Implementação de mecanismos que facilitem a posse da terra para que os camponeses, se sintam confiantes em fazer investimentos necessários de modo a melhorar e diversificar a produção agrícola de uma forma sustentável	MINAG, Gabinetes provinciais e municipais de SAN, EDAs, e Organizações da sociedade civil	Famílias camponesas					
Promoção de transferência de tecnologias para favorecer o aumento da produção e da produtividade e reduzir as perdas pós-colheita	MINAG, Gabinetes provinciais e municipais de SAN, EDAs, e Organizações da sociedade civil	Famílias camponesas					
Implementação de mecanismos para a expansão dos recursos florestais, incluindo a apicultura	MINAG, Gabinetes provinciais e municipais de SAN, IDF, EDAS, e Organizações da sociedade civil	Famílias camponesas					
Expansão do programa de reabilitação e construção de vias de acesso para as áreas rurais	MINARS, Governos Provinciais e Administrações Municipais e MECANAGRO	População em geral					
Sistematização e implementação de políticas de apoio a mulher rural	MINAG, MINFAMU, Gabinetes provinciais e municipais de SAN, EDAs, e Organizações da sociedade civil	Mulher rural e da periferia					



EIXO 3 – Apoiar as competências familiares, promover a educação alimentar e nutricional comunitária e a crianças em idade escolar e a grupos vulneráveis							
LINHAS DE INTERVENÇÃO	EXECUTORES	PÚBLICO-ALVO	CALENDARIZAÇÃO				
			2009	2010	2011	2012	2013
Implementação de políticas e programas integrados de boas práticas de consumo e convivência familiar	MINAG, MINFAMU, MINCO	Famílias rurais, produtores e consumidores					
Implementação de políticas de protecção social, vigilância nutricional e monitorização	MINARS, MINSÁ, MINFAMU	Famílias vulneráveis e crianças menores de 5 anos e idosos					
Expansão da merenda escolar	Ministério da Educação, Direcção Nacional de Apoio Social	Alunos do ensino primário (1ª à 6ª classe)					
Relançamento de alfabetização e recuperação do atraso escolar	Ministério da Educação, Direcção Geral do ensino	Crianças e adultos com atraso escolar					
Desparasitação e rastreio	Ministério da Educação, Direcção Nac. de Apoio social	Alunos do ensino primário (5ª a 6ª classe)					
Melhoramento dos conhecimentos tecnológicos de produção e conservação de alimentos para tornar os mercados mais eficientes	MINAG, MIND, MINCO, Grémios de Produtores e Comerciantes	Famílias, produtores e comerciantes					
Implementação de políticas para a criação de bancos de alimentos	MINAG (INCER, IDA), MINCO, Governos Provinciais, Grupos provinciais de SAN, e Organizações da sociedade civil	Famílias das comunidades rurais					
Implementação de políticas de educação alimentar e promoção do consumo de produtos sub-valorizados	MINAG, MINCO, INADEC e laboratórios afins	População em geral					



Implementação de políticas de assistência alimentar e outros bens essenciais em situação de emergência	MINARS e Protecção Civil, Parceiros	Pessoas sinistradas						
EIXO 4 – Fomentar a investigação científica aplicada e assegurar a saúde e o saneamento ambiental								
LINHAS DE INTERVENÇÃO	EXECUTORES	PÚBLICO-ALVO	CALENDARIZAÇÃO					
			2009	2010	2011	2012	2013	
Criação de políticas de alimentação e nutrição materno-infantil e para pessoas que vivem com o VIH/SIDA ou outras doenças endémicas								
Garantir a defesa do consumidor através do melhoramento da qualidade de higiene dos alimentos e da água	MINCO, Associações de Defesa de Consumidor, MINSAN, MINT, MINAG, Organizações da sociedade civil							
Prevenção e controle da desnutrição e carências nutricionais específicas	MINSA, MINFAMU e MINARS	Crianças menores de 5 anos e mulheres grávidas e idosos						
Revitalização dos sistemas de saúde municipais que assegure a prestação de serviços integrados de saúde às populações								
Melhorar o acesso à água potável e recursos energéticos nas zonas rurais								
Incentivar a investigação científica através da construção de laboratórios, campos de experimentação, logística e serviços de apoio aos institutos e outros	MINAG, (IIA, IDA, SENSE, INCER, DNAPF, IIV), MINCO, MISAN, Grupos provinciais de SAN e Organizações da sociedade civil Universidades	Técnicos dos institutos de investigação e de estruturas afins						



QUADRO 5 – ORÇAMENTO DOS PROGRAMAS E PROJECTOS POR MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS NA PASAN

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL		PREVISÃO ORÇAMENTAL (Kz.)					TOTAL
PROJECTOS/PROGRAMAS	RESPONSÁVEL (dentro do Ministério)	2009	2010	2011	2012	2013	
Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza	IDA						
Extensão e do Desenvolvimento Rural	IDA						
Segurança Alimentar e Nutricional	GSA						
Construção e reabilitação dos perímetros irrigados	DNHER						
Apoio aos pequenos regadios	DNHER						
Pólos agro-industriais	SOPIR						
Apoio às Associações de Produtores	UNACA-IDA						
Formação e Treinamento agro-pecuário e florestal	SG						
Crédito rural	GEPE						
Desenvolvimento e gestão sustentável dos recursos florestais	IDF						
Aproveitamentos hidroeléctricos	DNHER						
Fortalecimento do sistema nacional de investigação agrária	IIA, IIV						
Reforço institucional	SG						
Mercados e Preços	GSA						
TOTAL PARCIAL							
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
PROJECTOS/PROGRAMAS	RESPONSÁVEL						
Merenda escolar	Direcção Nac. de Apoio Social						
Aquisição de kits para os alfabetizadores e alfabetizandos	Direcção do Ens. Geral						
Superação dos alfabetizadores	Direcção do Ens. Geral						
Aquisição e distribuição de desparasitante (abendazol e prazikantel)	Direcção Nac. de Apoio social						
TOTAL PARCIAL							



MINISTÉRIO DA SAÚDE	RESPONSÁVEL	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
PROJECTOS/PROGRAMAS							
Fortificação de alimentos	MINSA						
Vigilância nutricional	DNSP						
Suplementação de micro nutrientes	DNSP						
Desparasitação infantil	DNSP/MED						
Doenças crónicas	MISAN						
TOTAL PARCIAL							
MINISTÉRIO DA ASSISTÊNCIA E REINSERÇÃO SOCIAL	RESPONSÁVEL	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
PROJECTOS/PROGRAMAS							
Integração económica de 150152 ex. militar	IRSEM						
Fomento e apoio material a 62.400 pessoas associadas para o desenvolvimento de actividades geradoras de rendimentos	MINARS, Provinciais e Parceiros						
Distribuição de meios de locomoção e dispositivos de compensação e ajuda a 36.000 pessoas portadoras de deficiência	DNIPPD						
Desminagem	INAD/CED/CNIDAH/FA/Parceiros						
Assistência alimentar e bens essenciais à grupos vulneráveis	MINARS/CNPCivil e GProvinciais e outros						
Promover o desenvolvimento económico através do encorajamento ao investimento e formação	MINARS e Parceiros						
Implementação de políticas de protecção social, vigilância nutricional e monitorização através de infra estruturas sociais	MINARS e GProvinciais e Parceiros						
TOTAL PARCIAL							



MINISTÉRIO DO COMÉRCIO	RESPONSÁVEL	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
PROJECTOS/PROGRAMAS							
Criação e reabilitação de infra estruturas físicas	DNC						
Legislação e normas alimentares	Codex-Angola						
Informação e educação dos consumidores	INADEC						
Informação estatística (sistema integrado)	DNC						
Criação e apetrechamento de laboratório	LACONQ						
TOTAL PARCIAL							
MINISTÉRIO DAS PESCAS	RESPONSÁVEL	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
PROJECTOS/PROGRAMAS							
Escoamento e valorização da produção pesqueira	MINPESCAS						
Contribuir para a melhoria do bem estar das populações no que respeita ao bem estar dos níveis de sub-nutrição/fome	MINPESCAS/IPA						
Reforço no controlo da actividade pesqueira	MINPESCAS/IPA/Fiscalização						
Reforço do programa nacional de iodização	MINPESCAS/Prog. naci. de Iodização do sal						
Valorização do capital humano e a capacitação dos serviços de unidades pesqueiras produtivas	MINPESCAS						
Aumento da frota e substituição de unidades pesqueiras em função do potencial explorável em condições sustentáveis	MINPESCAS/IPA						
Fabrico e arranjo de artes de pesca	MINPESCAS/IPA						
Construção de centros integrados de pesca artesanal	MINPESCAS/IPA						
Reforço da adesão ao movimento associativo e cooperativo	IPA						
Facilidade de acesso ao crédito bancário	IPA						



Gestão dos recursos e a diversificação de técnicas e métodos de produção (aquicultura, espécies exóticas e biotecnologia)	IPA						
Melhoramento dos sistemas tradicionais e conservação do pescado, assim como práticas de manuseamento e processamento do pescado	IPA						
Aumento da produção do sal	MINPESCA						
TOTAL PARCIAL							
MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E DA PROMOÇÃO DE MULHER	RESPONSÁVEL	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
PROJECTOS/PROGRAMAS							
Apoio as competências familiares	DNPF						
Micro crédito	DNPF						
Programa de Apoio à Mulher Rural	DNPF						
TOTAL PARCIAL							
MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS	RESPONSÁVEL	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
PROJECTOS/PROGRAMAS							
MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS	RESPONSÁVEL	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
PROJECTOS/PROGRAMAS							

**QUADRO 6 – ESTADO DOS PROGRAMAS E PROJECTOS ENVOLVIDOS NA PASAN**

ENTIDADES	Programas/projectos			
	Estado do programa		Financiamento	
	Em execução	Por executar	Interno	Externo
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA				
Programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza	X		X	
Programa de Extensão e do Desenvolvimento Rural	X		X	
Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional		X	X	X
Programa de construção e reabilitação dos perímetros irrigados	X		X	X
Programa de apoio aos pequenos regadios		X	X	
Promoção de pólos agro-industriais		X	X	
Programa de Apoio às Associações de Produtores		X	X	
Centros de Formação e Treinamento agro-pecuário e florestal		X	X	
Programa de crédito rural	X		X	
Programa de Reforço Institucional	X		X	
Programa de fortalecimento do sistema nacional de investigação agrária		X	X	X
Programa de exploração sustentável dos recursos florestais		X	X	
Programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza	X		X	



MINISTÉRIO DO COMÉRCIO				
Criação e reabilitação de infra estruturas físicas	X		X	
Legislação e normas alimentares	-	X	-	-
Informação e educação dos consumidores	-	X	-	-
Criação e apetrechamento de laboratório	-	X	-	-
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO				
Merenda escolar	X		X	
Superação dos alfabetizadores	X		X	
Aquisição de kits para os alfabetizadores e alfabetizandos	X		X	
Desparasitação e rastreio	X		X	
MINISTÉRIO DA SAÚDE				
Fortificação de alimentos	-	NÃO	X	X
Vigilância nutricional	X	-	OGE	UNICEF
Suplementação de micro nutrientes	X	-	OGE	UNICEF
Desparasitação infantil	X	-	OGE	UNICEF
Doenças crónicas	-	NÃO	-	-
MINISTÉRIO DA ASSISTÊNCIA E REINSERÇÃO SOCIAL				
Integração económica de 150152 ex. militar	X	-	OGE	Banco Mundial
Fomento e apoio material a 62.400 pessoas associadas para o desenvolvimento de actividades geradoras de rendimentos	X	-	OGE	-
Distribuição de meios de locomoção e dispositivos de compensação e ajuda a 36.000 pessoas portadoras de deficiência	X	-	OGE	-
Desminagem	X	-	OGE	Cooperação internacional
Assistência alimentar e bens essenciais a grupos vulneráveis	X	-	OGE	Comunidade internacional



MINISTÉRIO DAS PASCAS				
Promover o desenvolvimento económico através do encorajamento ao investimento e formação	X	-	OGE	Parceiros
Escoamento e valorização da produção pesqueira	X	X	X	X
Contribuir para a melhoria do bem-estar das populações no que respeita ao bem-estar dos níveis de sub-nutrição/fome		X	X	
Reforço no controlo da actividade pesqueira	X	X		X
Reforço do programa nacional de iodização		X	X	
Valorização do capital humano e a capacitação dos serviços de unidades pesqueiras produtivas	X	X	X	X
Aumento da frota e substituição de unidades pesqueiras em função do potencial explorável em condições sustentáveis	X		X	X
Fabrico e arranjo de artes de pesca	X		X	X
Construção de centros integrados de pesca artesanal	X		X	X
Reforço da adesão ao movimento associativo e cooperativo	X	X	X	
Facilidade de acesso ao crédito bancário	X	X		X
Gestão dos recursos e a diversificação de técnicas e métodos de produção (aquicultura, espécies exóticas e biotecnologia)		X	X	
Melhoramento dos sistemas tradicionais e conservação do pescado, assim como práticas de manuseamento e processamento do pescado	X		X	



MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E DA PROMOÇÃO DE MULHER				
Apoio as competências familiares	X	-	OGE	-
Micro crédito	X	-	OGE e Bancos comerciais e ONGs	-
Apoio a mulher rural e da periferia	X	-	OGE	-
MINISTÉRIO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL				
MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS				
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA				
MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS				
SOCIEDADE CIVIL				



QUADRO 7 – ORÇAMENTOS ANUAIS POR EIXOS E PROGRAMA/PROJECTOS

EIXOS	PROGRAMA /PROJECTO	MONTANTE (KZ)					MONTANTE GLOBAL (KZ.)	TOTAL FINANCIADO (KZ.)
		2009	2010	2011	2012	2013		
I. Incremento, diversificação e sustentabilidade da produção agro-pecuária e pesqueira	Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza							
	Extensão e do Desenvolvimento Rural							
	Apoio a política de Segurança Alimentar e Nutricional							
	Construção e reabilitação dos perímetros irrigados							
	Apoio aos pequenos regadios							
	Pólos agro-industriais							
	Apoio às Associações de Produtores							
	Formação e treinamento agro-pecuário e florestal							
	Crédito rural							
	Desenvolvimento e gestão sustentável dos recursos florestais							
	Aproveitamentos hidroeléctricos							
	Reforço institucional							
	Mercados e Preços							
	Reforço na implementação das normas higio-sanitárias							
	Criação e reabilitação de infra estruturas físicas							
Informação estatística (sistema integrado)								
Reforço do programa nacional de iodização do sal								



	1							
	Aumento da frota e substituição de unidades pesqueiras em função do potencial explorável em condições sustentáveis							
	Relançamento da suinicultura intensiva							
	Melhoramento da criação de ruminantes							
	Melhoramento e restauração de centros pecuários							
	Desenvolvimento da cultura do café							
	Reabilitação e reforço da produção frutícola através da implementação de pólos nas regiões promissoras							
	TOTAL EIXO 1							



II. Fortalecimento e consolidação da capacidade organizativa e produtiva dos camponeses e pequenos produtores, incluindo apicultores, aquicultores e da pesca continental	Escoamento e valorização da produção pesqueira							
	Contribuir para a melhoria do bem estar das populações no que respeita aos níveis de sub-nutrição/fome							
	Reforço no controlo da actividade pesqueira e apícola							
	Valorização do capital humano e a capacitação dos serviços de unidades pesqueiras produtivas							
	Fabrico e arranjo de artes de pesca							
	Construção de centros integrados de pesca artesanal							
	Reforço da adesão ao movimento associativo e cooperativo							
	Facilidade de acesso ao crédito bancário							
	Gestão dos recursos e a diversificação de técnicas e métodos de produção (aquicultura, espécies exóticas e biotecnologia)							
	Aumento da produção do sal							
	Criação de centrais de conservação e de embalagem de produtos agrícolas e piscatórios locais							0
	TOTAL EIXO 2							



III . Apoiar as competências familiares, promover a educação alimentar e nutricional comunitária e proporcionar a alimentação escolar	Fomento e apoio material a 62.400 pessoas associadas para o desenvolvimento de actividades geradoras de rendimentos							
	Vigilância nutricional							
	Suplementação de micro nutrientes							
	Desparasitação infantil							
	Doenças crónicas							
	Merenda escolar							
	Aquisição de kits para os alfabetizadores e alfabetizandos							
	Superação dos alfabetizadores							
	Aquisição e distribuição de abendazol e prazikantel							
	Apoio as competências familiares							
	Micro crédito							
	Programa de Apoio à Mulher Rural							
	Distribuição de meios de locomoção e dispositivos de compensação e ajuda a 36.000 pessoas portadoras de deficiência							
	Desminagem							
	Assistência alimentar e bens essenciais em situação de emergência							
	Informação e educação dos consumidores							
	Integração económica de 150152 ex. militar							
TOTAL EIXO 3								



VI. Fomentar a investigação científica aplicada e assegurar a saúde e o saneamento ambiental	Criação, apetrechamento e acreditação de laboratórios							
	Fortalecimento do sistema nacional de investigação agrária							
	Fortificação de alimentos							
	Promover o desenvolvimento económico através do encorajamento ao investimento e formação							
	Reforço da capacidade de actuação do Laboratório Veterinário							0
	Vigilância epidemiológica, controlo sanitário e luta contra as principais doenças (quarentena animal)							
	Legislação e normas alimentares							
	Formação / Capacitação de Técnicos de Saúde e Orientação Alimentar e Nutricional dos Utentes dos Serviços Nacional de Saúde							
	Sistema de informação para a nutrição							
	Produção e Protecção integrada das culturas							
	Produção de sementes de sequeiro							
	Melhoramento da produção forrageira							
	Criação e implementação do Sistema de Informação para a Segurança Alimentar e do Quadro Institucional de Segurança Alimentar e nutricional							
	Melhoramento dos sistemas tradicionais e conservação do pescado, assim como práticas de manuseamento e processamento do pescado							
	TOTAL EIXO 4							
TOTAL GERAL/ANO								